

# Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão

Gustavo Espíndola Winck

*Instituto Abuchaim*

Marlene Neves Strey

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)*

## RESUMO

O presente texto pretende apresentar e discutir percepções acerca das relações e da violência de gênero entre homens acusados de agressão. Para tanto, os dados foram obtidos a partir de entrevistas individuais estruturadas (com questões abertas), além de anotações em diário de campo relativas à participação dos mesmos em grupos de reflexão. O delineamento foi qualitativo e, para o levantamento, foi utilizada a Análise de Discurso. Os resultados encontrados direcionam para questões como a dificuldade do reconhecimento da violência psicológica no ambiente familiar, a manutenção dos estereótipos ideológicos de gênero, a percepção da rede de apoio social e a utilização da violência psicológica como recurso de coerção e de manutenção das relações de poder - especialmente na conjugalidade. A importância do debate social acerca dos papéis de gênero e futuras implicações do estudo também são discutidas.

**Palavras-chave:** Papéis de gênero, violência de gênero, masculinidade.

## ABSTRACT

*Gender perceptions among aggression-accused men*

This text intends to present and discuss perceptions about gender relations and gender violence among battered-accused men. To that, the data was obtained by individual structured-interviews (with open questions), and notes from de field diary related to their participation in reflexive groups. The design was qualitative and, for the survey, was used the Discourse Analysis. The results point to questions such the difficulty of acknowledge of psychological violence on the family environment, the maintenance of ideological gender stereotypes, the social support network's perception, and the use of psychological violence as a coercive and maintenance resource for the power-related relationships - especially on the conjuality. The social debate's importance about the gender roles and future study's implications are also discussed.

**Keywords:** Gender roles, gender violence, masculinity.

## REFLEXÕES INICIAIS

Quando nos deparamos com o desejo de realizar uma pesquisa sobre violência de gênero entrevistando homens acusados de agressão, mal fazíamos idéia de onde esta experiência iria nos levar. Os estudos de gênero constituem um campo epistemológico onde os trabalhos sobre este tema a partir do paradigma feminino são consideravelmente mais abundantes, até porque fazem justiça a uma ainda (e cada vez mais) necessária abordagem dos pressupostos que subjugaram as mulheres não somente no campo das relações de gênero, mas também no contexto social, na vida política e em sua própria subjetividade. Por esta razão, consideramos também importante contribuir nesta proposta, através de uma tentativa de compreender a violência de gênero a partir do olhar de seu outro personagem, o agressor, procurando discutir e problematizar

os pressupostos históricos, sociais e culturais subjacentes à violência a partir dos relatos de suas percepções sobre gênero.

Contudo, tão logo deparamo-nos com a instituição que possibilitaria a realização de nossa pesquisa – um Fórum da região metropolitana de Porto Alegre – percebemos que apenas a realização de entrevistas individuais, como outrora havíamos planejado, não seria suficiente para atender às nossas expectativas – expectativas estas não unicamente relacionadas a pressupostos científicos, mas, sobretudo, a uma necessidade de mobilização e de transformação que consideramos fundamental no que concerne aos valores e paradoxos reproduzidos nas (e pelas) relações de gênero. Para tanto, valemo-nos do respaldo deste Fórum que, desde o início, apoiou a iniciativa e agregou o comparecimento no grupo enquanto obrigação legal para os homens acusados de violência doméstica, os quais eram

intimados judicialmente a partir de denúncias de suas parceiras.

Sabíamos, desde o princípio, que isto não seria a solução definitiva e auto-suficiente para o problema, pois a própria oportunidade de livrar o acusado de um processo que, caso adiante seguisse, possivelmente o levaria à condenação, é bastante polêmica. No entanto, decidimos seguir com a proposta não somente em virtude da brandura destas condenações (as quais, antes do advento da Lei 11.340, conhecida como “Lei Maria da Penha”, geralmente não passavam do pagamento de cestas básicas ou do cumprimento de serviços comunitários), mas, principalmente, em função de algo que consideramos absolutamente essencial: se estes homens não vivenciassem um espaço de discussão e de mobilização acerca dos pressupostos que, em maior ou menor grau, corroboraram para a atitude que os trouxe até ali, provavelmente eles seguiriam replicando estes mesmos comportamentos em relacionamentos posteriores (Campos, 2006; Soares, 2006).

Quando mencionamos que a violência de gênero está relacionada a um passado histórico, em nenhum momento pretendemos referi-la dentro de uma concepção estagnada e temporal, muito pelo contrário; tais questões não pararam em um só momento de se transformar, adaptando-se à contemporaneidade com desenvoltura, e esta é justamente a maior complicação: o que se mantém estagnado não são os mecanismos, mas sim os seus objetivos, a sua ideologia. Exemplos para pensarmos a respeito não faltam; seja nas seqüelas diretas da modernidade, remetendo-nos à herança patriarcal do direito romano (quando as mulheres eram juridicamente propriedades dos homens), seja na própria pré-história (quando, nos “afazeres domésticos”, as mulheres desempenhavam um papel indispensável de sobrevivência ao grupo) os estereótipos machistas e patriarcais continuam a reverberar e a buscar subsídios de sobrevivência. Muitas vezes inocuamente, mas sempre encontrando subterfúgios coerentes para o acompanhamento do tempo presente, tratam de permanecer atrelados à normalidade que os exime dos holofotes da responsabilidade. É da necessidade deste tipo de transformação que falamos, exatamente a que pode mostrar-se tão complexa e inviável pelo fato de necessitar debater preceitos já naturalizados no relacionamento interpessoal. A violência de gênero não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que historicamente tende a privilegiar o masculino individual, social e politicamente (Saffioti, 1999, 2005; Pessis e Martín, 2005).

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2001; Venturi, Recaman e Oliveira, 2004), uma em cada cinco brasileiras (19%) sofreu algum tipo de vio-

lência por parte de algum homem: 16% relatam casos de violência física, 2% de violência psicológica e 1% de assédio sexual. Quando descrevem as diferentes formas de agressão, 33% experimentaram alguma violência física, 27% violência psicológica, 11% assédio sexual, e 11% foram espancadas. Na população, isso significava, à época da pesquisa, algo em torno de 6,8 milhões de mulheres. Considerando a proporção das que sofreram espancamento no ano anterior, calculou-se que a cada quinze segundos uma mulher era espancada em nosso País. Somente 8% das entrevistadas referiram perceber-se asseguradas quanto a direitos conquistados ou então quanto à igualdade de direitos frente aos homens. Indagadas sobre a primeira coisa que consideravam essencial para que a vida de todas as mulheres melhorasse, as principais respostas foram: o fim das discriminações no mercado de trabalho (47%), a igualdade de direitos (10%), o combate à violência contra as mulheres (9%), maior liberdade (5%), e menos machismo (com mais reconhecimento) por parte dos homens (5%). Estas respostas constituem uma pauta específica de preocupações fundamentais e que não podem ser mais ignoradas, às quais nossos paradigmas impõem-nos bastante dificuldade para enxergar e reconhecer.

Sob a premissa “O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres”, foi realizado um estudo do Instituto Patrícia Galvão (2004), com 2002 participantes (52% mulheres e 48% homens), e abrangendo 140 municípios localizados em todos os estados brasileiros. Nele, a violência doméstica foi citada por metade dos/as participantes como a maior das preocupações dentre os três maiores problemas citados, pensando-se na situação da mulher nos dias atuais (os outros dois foram o câncer e a Aids). No restante do levantamento, 90% julgaram que o agressor deveria sofrer um processo e ser encaminhado a programas de reeducação; 86% rejeitaram a idéia de que a mulher deve submeter-se a agressões em nome da estabilidade familiar; e 81% apontaram o uso de bebida alcoólica como o fator que mais provoca violência contra a mulher (dentro dos quais 63% referiram que o fator desencadeante era o ciúme). Ainda nesta mesma categoria, foram também citados o desemprego (37%) e problemas financeiros (31%). Ao serem questionados a respeito de quem perderia mais em situações de violência doméstica, 63% referiram que a parte mais prejudicada era o/a(s) filho/a(s) do casal.

A falta de equidade entre homens e mulheres, longe de ser natural, é imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, e pelos agentes envolvidos nas tramas das relações sociais. O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são educadas para conviver com a impotência; os ho-

mens são instigados ao exercício do poder e da virilidade, e geralmente convivem mal com a impotência. Por isso, uma das grandes questões na dinâmica das relações entre os sexos está não somente no fato das desigualdades serem colocadas previamente, mas – essencialmente – de poderem ser construídas. Os homens não são natural e inatamente violentos, mas aprendem a ser. A associação entre masculinidade, guerra, força e poder é uma construção cultural, tanto quanto são a paz, a emoção e a vocação para cuidar enquanto qualidades consideradas “naturais” da mulher. Hoje em dia, muitos homens já descobriram que há diferentes maneiras de “ser masculino”, e que também podem ser eles cuidadores e promotores da paz sem sentirem-se despersonalizados (Scott, 1995; Saffioti, 1999; Strey, 2004; Soares, 2005).

Sabendo disto, definimos como objetivo central de nossa pesquisa procurar deixar esta masculinidade falar “através” dos homens, dando-nos pistas e referenciais para identificarmos e procurarmos compreender quais seriam as percepções de gênero que a definem e a significam neste universo particular. Assim, optando por um delineamento qualitativo, tomaremos tanto as entrevistas individuais quanto os grupos de reflexão enquanto norteadores de nossas reflexões e discussões, valendo-nos da Análise de Discurso enquanto ferramenta analítica principal.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

A perspectiva de realizarmos o grupo de reflexão enquanto objeto de pesquisa nos colocou a necessidade de um re-enquadramento de nossa atividade. Percebemos, portanto, que, além do enfoque exploratório, lidaríamos com um enfoque interventivo, o qual nos levaria a uma pesquisa investigativa com perspectiva interventiva.

Tais grupos de reflexão, medida que optamos enquanto estratégia de intervenção junto aos acusados de agressão, têm em sua própria denominação muito do que os caracterizam enquanto proposta. Segundo Zimmerman (2000), o grupo de reflexão se caracteriza por uma atividade onde, individual e coletivamente, todos os/as participantes possam fazer uma renovada e continuada reflexão sobre si mesmos/as, identificando-se com os temas discutidos e assumindo as responsabilidades que lhes são próprias. “Reflexão” também se relaciona pelo fato deste tipo de grupo poder vir a constituir, ainda segundo o autor, uma “galeria de espelhos”, onde cada integrante pode refletir-se de forma especular nos demais – assim propiciando a identificação necessária para um trabalho suficientemente mobilizador (Coronel, 1997).

Cabe também ressaltar que o grupo de reflexão, dentro das alternativas possíveis na intervenção junto a homens considerados agressores conjugais, é considerado como uma das melhores alternativas tanto em sentido instrumental (re-educador) quanto preventivo (Cook e Koss, 2001; Saffioti, 2003; Echeburua, Fernandez-Montalvo e Amor, 2003, 2006; Van Soest, 2004; Cortez, Padovani e Williams, 2005; Winck e Strey, 2006).

Para planejar o nosso trabalho neste campo, baseamo-nos nestas instruções e nos moldes de uma obra que aborda a coordenação de grupos com agressores com bastante propriedade: “The Abusive Husband – An Approach to Intervention” (Currie, 1990), a qual serviu como referência para auxiliar no processo de estruturação para o nosso trabalho. Também cabe citar o livro “Working With Men: Feminism and Social Work” (Cavanagh e Cree, 1996), que igualmente subsidiou muitos dos pressupostos que adotamos, tanto na condução operacional da atividade interventiva quanto no seu entendimento.

Assim, pensamos em um desenho que associasse a nossa proposta investigativo-interventiva, dentro de uma concepção epistemológica que englobasse tanto entrevistas individuais quanto grupos de reflexão. Justamente por tomarmos a masculinidade e as relações de gênero “de assalto”, é que também optamos por este tipo de análise, em uma metodologia qualitativa, para discutirmos os dados. A partir destas opções, podemos tanto enfatizar a descrição e a ênfase nos dados, quanto, também, as vivências e as experiências relatadas, cedendo um espaço privilegiado ao aprofundamento na subjetividade sem perder-se a objetividade da proposta. Com isso, torna-se possível o estabelecimento de relações entre os diferentes elementos resultantes do processo descritivo, especialmente a partir do momento que pretendemos abordar percepções e atitudes vinculadas a um determinado contexto amplo e multifacetado, como é o das relações de gênero (Godoy, 1995; Gil, 1996; Neves, 1996; Kude, 1997; Scarparo, 2000).

Da mesma forma, a Análise de Discurso vem inteiramente ao encontro de nossos objetivos epistemológicos. Muito além de uma interpretação “concreta” de um fenômeno, analisar o discurso pressupõe uma postura comprometida com o não-dito, com as relações de significação e os mecanismos “por trás” do objeto. O discurso não é textual, assertivo; ele é cultural, dinâmico e histórico. Na medida em que a linguagem reproduz a si mesma nas relações de sentido, legítima tanto novas possibilidades quanto velhas estratificações (Fiorin, 2005). Neste sentido, é importante à nossa proposta saber que, com a Análise de Discurso, podemos compreender como as relações de

poder são significadas e simbolizadas (Orlandi, 2005b, p. 10). Sendo assim, delimitamos o nosso escopo de trabalho, elegendo um direcionamento dentre os muitos referenciais teórico-metodológicos para orientar nosso procedimento de análise. Para tanto, escolhemos uma das obras de Orlandi (2005a), largamente utilizada pela comunidade científica que trabalha com esta metodologia. A opção se deu em função da linguagem, expressa tanto nas entrevistas individuais quanto nos relatos dos grupos, assumir um papel intermediário entre o concreto e o simbólico, veículos à ideologia e à cultura.

## DELIMITAÇÃO DO ESCOPO

Para a análise dos dados, utilizamos o material proveniente dos grupos de reflexão e das entrevistas individuais: estas, previamente gravadas segundo concordância através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram transcritas. Os grupos, por sua vez, serão mencionados por extratos oriundos do diário de campo, o qual permanecemos escrevendo durante todo tempo em que nos envolvemos com a tarefa. Sendo assim, estipulamos para o escopo de nosso procedimento analítico-reflexivo os seguintes critérios: cinco entrevistas individuais, incrementadas por dados provenientes de seis encontros de um mesmo grupo. A escolha por esta quantidade perfaz o total de encontros estipulados para o cumprimento do acordo judicial ao qual estavam ali condicionados para as reuniões grupais. Neste acordo, estipulado em audiência judicial previamente realizada no Fórum, os acusados eram obrigados a comparecer a um mínimo de seis encontros grupais (não podendo haver reincidências ou abandono, conforme já havíamos mencionado). A escolha do número de cinco participantes, por sua vez, corresponde à média de integrantes por grupo, e ao fato de que todos os participantes entrevistados também estavam presentes, simultaneamente, neste mesmo grupo analisado ao longo de seis encontros.

Os seus nomes, naturalmente, serão mantidos em sigilo, ao passo que utilizaremos, para identificá-los, cinco nomes fictícios que correspondem às cinco primeiras letras do alfabeto: Altair (29), Bruno (40), Cláudio (53), Denilson (55) e Elmo (33). Todos, exceto Elmo – que também era, na época, o único desempregado – haviam sido encaminhados ao grupo em virtude de acusação de violência conjugal; Elmo estava lá por ter agredido a sua cunhada. Altair e Cláudio possuíam uma condição financeira mais favorável que os demais, porém nenhum dos participantes se encontrava em um patamar econômico superior à classe média-baixa. Altair, Cláudio e Denilson, mesmo após

as denúncias, continuaram os relacionamentos com as respectivas companheiras, e assim foi até o encerramento dos encontros.

As entrevistas individuais foram realizadas seguindo um roteiro estruturado de dez questões abertas que abrangeram as temáticas correspondentes às questões norteadoras da pesquisa, através dos seguintes eixos temáticos: a) Gênero, englobando percepções sobre relações e violência de gênero; b) Rede de apoio social, caracterizando aspectos voltados à percepção da rede na qual viam-se inseridos – aqui delimitada aos quadrantes família, amizades e trabalho, em adaptação dos pressupostos de Sluzki (1998); e, por fim, c) Violência enquanto recurso, através da tentativa de identificar situações que presumiriam o uso da violência (física ou psicológica) como estratégia para lidar com conflitos, ou com a necessidade de imposição e de coerção diante da mulher. As entrevistas aconteciam após o ingresso do participante no grupo, geralmente após dois encontros. Finalizando, tais encontros grupais, quando referenciados no texto, corresponderam aos dias 16/08 (nº 1), 06/09 (nº 2), 27/09 (nº 3), 04/10 (nº 4), 18/10 (nº 5) e 01/11 (nº 6), todos no ano de 2005.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Postos estes aspectos, é hora de implicarmo-nos na análise dos dados propriamente dita. Neste sentido, abordar a percepção acerca de um papel social reservado ao (e esperado do) homem é crucial para os objetivos de nossa pesquisa. Em diversos momentos das entrevistas, quando abordávamos qual seria o papel do homem no relacionamento conjugal, a denominação de “chefe” foi bastante recorrente. Seja enquanto chefe da família ou chefe da casa, ambas as conotações levam à mesma representação ideológica – a do homem enquanto proprietário e, sobretudo, autoridade em um território comum e pré-legitimado. A palavra marido, aliás, significa “dono” em sua raiz etimológica, e não nos surpreende que não exista, na língua portuguesa, uma contraparte para o sexo feminino, uma “marida”; pelo contrário: o feminino de marido é somente “mulher”, derivando à própria condição de ser mulher a pressuposição de, sumariamente, pertencer a um dono (Viaro, 2004; Scliar, 2006).

A fala de Denilson, quando entrevistado, é quase catedrática: “O papel do homem é, pra mim né, botar as coisas dentro de casa”. Altair, em participação também pragmática, explicitou a lógica desta ideologia patriarcal – porém não sem, logo após, demonstrar uma contradição: “Eu acho que o homem não aceita ser mandado pela mulher. [O homem é] o chefe da família. Por ser homem, teria que ter liderança, e man-

dar. Ter a palavra final. Isso vem de geração, vem de passado, que o homem é o cabeça da família. Entre eu e a minha esposa não tem chefe, a gente resolve tudo no diálogo”. Estas sentenças trazem um rico conteúdo a ser explorado: primeiro, surge a pressuposição de que o poder de controle é naturalmente exclusivo ao homem, não havendo como aceitar situações nas quais a mulher assumia este papel; outorgadamente, o homem é o verdadeiro dono da família – ou seja, de sua esposa e prole – apoiada na percepção de que o simples fato de ser homem já a justifica e esgota quaisquer argumentos contrários; dentro desta capacitação inata, pressupõe-se ainda a habilidade masculina, também natural, para ser líder e, simultaneamente, dominador, detentor do poder de mando e de decisão final; logo após, surge uma justificativa para tal tipo de postura, confortavelmente posta para fora de si e do espectro de sua responsabilidade (“isso vem de geração, vem de passado”) – algo que faz possivelmente reafirmando um discurso, cujas condições históricas de produção tornou este homem mais um dentre tantos reprodutores.

Denilson, durante o encontro nº 5, também expôs com objetividade o que pensava: “Ela tenta gritar comigo, mas eu não fico quieto pra ela. Na casa da gente é a gente quem manda. Na minha casa, ninguém grita mais alto do que eu... Cala a boca!”. Bruno então complementou: “O cara tem que ter a voz mais alta, mas na hora certa”. Elmo, na mesma ocasião, participou dando a sua opinião: “Não aceito ninguém gritar comigo. [...] Aquela vontade tá dentro, de se impor”. Nestas falas todas, podemos identificar com clareza uma relação entre poder e gritar, estabelecendo a imposição através da voz como um direito adquirido do homem na relação. Gritar seria, ao menos hipoteticamente, um recurso potencialmente disponível a qualquer uma das partes, contudo, torna-se consideravelmente mais inadmissível quando vem da perspectiva feminina. No ímpeto de resolver conflitos ou de encerrar discussões, a repressão por meio da palavra certamente edificou-se, segundo os participantes, como um eficaz e recorrente recurso dentro das relações de gênero. O que faz a diferença nas falas não é o uso ou o não-uso da voz, mas sim o sentido e a enunciação que esta voz reverbera na ideologia ali representada (Orlandi, 2005a).

Quando, hoje, um homem se baseia na imposição de sua masculinidade através da referida “voz mais alta”, fala também através dele um sujeito discursivo apoiado em muitos anos de legitimado afastamento e desconsideração da mulher nos processos decisórios, desde a historicidade das diretrizes familiares, sociais e políticas. Os salários médios das trabalhadoras brasileiras, por exemplo, são cerca de 60% dos rendimen-

tos médios dos trabalhadores homens, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior (Saffioti, 2005).

Dentro do casamento, por muito tempo, à mulher não era reservado o direito de divorciar-se e, mesmo quando isto passou a existir, em nada mudou o estigma social de ser uma mulher separada – a separação era (e, muitas vezes, ainda é) percebida como um atestado de incompetência da mulher, partindo de sua suposta responsabilidade em manter a coesão da família a todo custo. Enquanto isso, no passado era reservado ao homem o direito de não somente divorciar-se, mas inclusive de assassinar a sua esposa em situações nas quais julgasse ter a sua “honra” maculada (Strey, 2002; Laporta, 2006).

Altair, quando, em entrevista, fala “Família é marido, depois que tu casa, é marido e filho”, delimita bem esta pressuposição, altamente fundamentada na ideologia de que a mulher precisaria abrir mão de sua subjetividade para fundi-la com a da família. O cerceamento do território de direito e de poder à mulher, delimitando-o à família, sempre foi um eficiente estratagemas ideológico-político para afastá-la da proatividade na vida social.

Além destes aspectos, há, no já referido uso impositivo da voz, a reprodução viva de que a violência é ainda percebida de uma forma bastante limitada e distante. Certamente, podemos citar que havia uma certa dificuldade dos participantes em perceber e identificar a violência nas relações de gênero, bem como uma tendência de utilizá-la enquanto determinante e legitimadora de um poder autoritário. Foi muito frequente, tanto nas entrevistas quanto em diversos momentos nos grupos, a dificuldade de reconhecer formas de violência que diferissem da agressão física (algo que entendemos estar atrelado à dificuldade, mais profunda e cultural, de simplesmente admitir que exista alguma violência que não se traduza pelo contato corporal).

Em certa ocasião, quando assistíamos a uma audiência no Fórum, um acusado (que não fazia parte do grupo) disse com convicção: “Chamar de vagabunda não é agressão. Se tivesse agressão, tinha de ter marcas no corpo”. A dificuldade de reconhecimento da violência psicológica está no cerne das principais dificuldades até hoje enfrentadas por mulheres que tentam denunciar seus agressores, e é um dos principais temas de discussão dos estudos de gênero. Altair, por exemplo, na sua entrevista individual, assim colocou: “Eu era até mais agressivo há um tempo atrás, bem mais. [...] Eu só usei palavras, não pra agressão, que nem puta, vadia”. Cláudio endossa o sentido desta mensagem quando, já no encontro de nº 1, assim justificou a sua aparente incompreensão pelo fato de ter

sido encaminhado até ali: “Eu nunca bati na minha mulher, uma vez só peguei ela e dei um ‘chacoalhão’. Mas ela é uma pessoa boa, limpa a casa”. Um detalhe importante a apontar e a refletir é que, na ocasião, a pergunta ao grupo foi se eles já haviam agredido as suas parceiras, e não especificamente batido nelas.

Um tapa na cara de um homem parece implicar em um sentimento de humilhação percebido diferentemente do vivenciado pela mulher, uma vez que o tapa no homem pressupõe o enxovalhamento de uma memória discursivo-ideológica culturalmente educada para “não levar desaforos para casa” (Nolasco, 1995; Saffioti, 1999). Neste sentido, mostrou-se comum culpabilizar a mais ampla variedade de fatores “externos” na tentativa de justificar a violência – até porque, como comentamos, foi predominante a dificuldade de reconhecer apresentações da violência que não envolvessem a agressão concreta.

Tais justificativas, corroborando a violência de gênero em seu caráter instrumental, podem ser tranquilamente correlacionadas a diferentes significantes do gênero e, em especial, da masculinidade. Estas enunciações, segundo os relatos, parecem convergir a um ponto comum, que é o de eximirem da responsabilidade por certos atos ou pressupostos relacionados à maneira pela qual manejam e inserem-se nas relações de gênero. Diferentemente do conceito de memória discursiva – no qual mantém-se a responsabilidade da voz do sujeito discursivo – nesta postura pragmática os homens tendem a afastarem-se desta possibilidade de reconhecimento. Podemos refletir sobre isso a partir de alguns exemplos em certas falas, extraídas das entrevistas individuais: “Tu te incomoda na firma, tu chega em casa, qualquer coisinha tu já faz um bolo. [...] Tu, trabalhando fora, tu te estressa” (Altair); “Ela ficava mais pensando nos ‘familiar’ dela do que em mim” (Bruno); “Os teus negócios começam a se agravar, e tu fica muito pensando naquilo ali, daí chega revoltado em casa” (Cláudio); “Ela começa uma coisinha, e daqui um pouco vira. Começa a levantar a voz e fala pelos cotovelos. Eu chego do serviço cansado e ela não pára de bater boca comigo” (Denilson); “Chamei ela de vagabunda porque ela me chamou um monte de ‘vez’, gritou um monte, e daí perdi um pouco o controle” (Elmo).

A lógica por trás destas posturas é muito semelhante a uma tentativa de projetar as causas da violência de gênero de maneira unívoca, em uma relação de causa-efeito com um elemento que sempre está “fora”, como o álcool, o emprego (ou a falta dele), ou então a situação financeira, por exemplo. Seria irresponsável negar a influência destes fatores na violência, como corroboram muitos estudos, porém seria igualmente inconseqüente assumir que eles engendram a violên-

cia inteira dentro de si. Quando a agressão ocorre em um momento de embriaguez, não será porque tiraremos a garrafa de cachaça de dentro da casa do agressor que, ao mesmo tempo, tiraremos junto todos os pressupostos discursivos e ideológicos que “autorizaram” a expressão do seu comportamento violento. Esta é uma visão unicamente clínica e patogênica do problema (Walsh, 1999; Garcia e Tassara, 2001; Seidl, Tróccoli e Zannon, 2001; Langhinrichsen-Rohling, 2005; Guareschi, Comunello, Nardini e Hoenisch, 2005; Guareschi, Weber, Comunello e Nardini, 2006).

Por fim, devemos ainda mencionar que a rede de apoio social, da maneira pela qual foi mencionada pelos participantes, mostrou-se estar satisfatoriamente cumprindo o seu papel de fornecer e manter disponível um suporte afetivo e instrumental, quando eventualmente demandado (Sluzki, 1998; Nunes, 2004). Todos os participantes referiram manter relações próximas e satisfatórias com as suas famílias, bem como a maioria não relatou problemas atuais de relacionamento com as famílias das (ex)parceiras. Bruno foi a única exceção, pois ainda referiu desavença e um proposital distanciamento com a família da ex-mulher. Da mesma forma, o campo das amizades foi apontado em uníssono pelos participantes como um grande refúgio e ponto de apoio. Isto é algo sobre o que podemos também refletir, uma vez que, entre amigos, o homem pode ter a chance de reencontrar-se com determinados sentidos da masculinidade que foram, eventualmente, subvertidos em casa. Desta maneira, corroboram e mantêm as mesmas condições de produção que historicamente condicionaram estes pressupostos. Finalizando, as relações no ambiente de trabalho foram citadas como prazerosas e tranquilas, mesmo que fossem comumente utilizadas para dar razão à tal “perda de controle” no relacionamento, como pudemos ver acima. Mais do que nunca, perder o controle parece mostrar-se o principal receio de muitos homens, especialmente aqueles capturados por uma construção ideológica que lhes incumbiu do compromisso em possuí-lo e administrá-lo; as mãos com as quais ele precisa ser (e já está sendo) compartilhado, contudo, não são mais necessariamente as mesmas de sempre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximarmos-nos da necessidade de encaminhar uma conclusão, mais torna-se clara a certeza de que há ainda muito o que se discutir, pela mesma relação de proporção ao que ainda há para se transformar. Contudo, após tanto referirmos o discurso dos participantes e associarmos-lo a um contexto hegemônico, incorremos na possibilidade de que, baseados na necessidade de discutir e transformar tal hegemonia, es-

taríamos nós em um embate para incutir compulsoriamente, à toda coletividade, a nossa própria “verdade” – revertendo o peso da gangorra com a mesma unilateralidade e indiscutibilidade que previamente objetivamos transfigurar.

Pois bem, estes são cuidados que entendemos que as pessoas, especialmente aquelas comprometidas com os estudos de gênero, precisam também observar. Como já comentamos, não há um vilão específico à nossa história; a própria história é a vilã, e o tempo, seu cúmplice – e nós, todos e todas nós, somos a história. Se trazer novamente à pauta as discussões sobre as relações de gênero não seja o suficiente para transformá-las, que ao menos possam servir para que nelas nos reconheçamos, como um espelho, trazendo à vida cotidiana um dos pressupostos essenciais para o trabalho com os grupo de reflexão. A ideologia que reproduzimos é a mesma que nos produz enquanto protagonistas e coadjuvantes desta mesma história em comum – o discurso não é aquilo que fala, mas aquilo que permite falar e que leva a calar.

De acordo com o que pudemos identificar, a violência psicológica continua sendo uma instância de complicada percepção e, principalmente, de difícil reconhecimento mesmo quando percebida. Da mesma forma, a estereotipia dos papéis sociais reservados a homens e a mulheres continua a delimitar os parâmetros de subjetivação e de segregação nas relações de gênero, onde as demandas sociais contemporâneas continuam trazendo, ao senso-comum, a idéia de homens educados para serem provedores e independentes, sem considerar a possibilidade de virem a ter que dividir responsabilidades e protagonismos com suas parceiras.

Neste sentido, a violência psicológica, especialmente na sua forma verbal, mostrou-se como frequente recurso para tomar decisões e para ajudar a delimitar papéis nas relações conjugais. A justificativa para esta postura, como vimos, ainda tende em centrar-se, unilateralmente, a fatores intervenientes exógenos, e não a uma noção de responsabilidade pessoal na produção e reprodução de um discurso hegemônico; a questão central, no entanto, nos parece estar relacionada não somente à dificuldade de reconhecimento deste discurso, mas sim em assumi-lo como algo que possa ser vislumbrado e conduzido ao encontro de uma concepção mais equitativa.

A rede social em torno dos participantes foi relatada pelos mesmos como satisfatória em suas funções de apoio, especialmente no quadrante das amizades. Contudo, há ainda o paradoxo de, em um primeiro julgamento, responsabilizá-la sumária e inequivocamente por comportamentos reconhecidos como violentos e “descontrolados” dentro das relações de gênero – os

quais compreendidos como algo maior, inato, e não passível de resistência pelo fato de pertencerem a uma condição natural e *sine qua non* da própria masculinidade.

Discutir estas questões também nos trouxe um senso de continuidade, da existência de um potencial continuado, ainda a ser explorado. Parecem-nos bons encaminhamentos à pesquisa, por exemplo, investir em um estudo longitudinal com os agressores, investigando qual seria a repercussão, a longo prazo, de um trabalho voltado à intervenção quanto aos papéis de gênero, como o que realizamos. É bastante tentadora, da mesma forma, a possibilidade de realizar uma expansão deste escopo, investigando as percepções sobre gênero também junto às mulheres vítimas da violência – algo que, certamente, enriqueceria muito as nossas discussões. Possibilidades e sugestões, enfim, podem ser muitas, e esta constatação já nos basta para não contentarmo-nos e acomodarmo-nos, mas sim para reabastecer as nossas inquietações e motivações.

As maneiras pelas quais consolidamos as nossas relações através da história é o grande instrumento de fortalecimento e de reprodução das diferentes formas de um poder intrínseco. Então, se é no microcosmo da relação que se encontra a gênese e a convergência de uma força transformadora que tornou-se progressivamente tão arbitrária e natural, é também através daí que poderemos encontrar a força necessária para tentar reencontramo-nos com a tentativa recíproca de buscar, sem utopias, algo que mais se aproxime do equilíbrio, da equidade.

## REFERÊNCIAS

- Campos, C. (2006, 23 de julho). Mais proteção às mulheres. *Zero Hora*, 14940, p. 19.
- Cavanagh, K., & Cree, V. (1996). *Working with men: Feminism and social work*. New York: Routledge.
- Cook, S., & Koss, M. (2001). Action research: Informing interventions in male violence against women. In Scheidermann, N.; Speers, M.; Silva, J.; Tomes, H., & Gentry, J. *Integrating behavioral and social sciences with public health*. Washington: American Psychological Association.
- Coronel, L. C. (1997). Grupo de reflexão. In Zimmerman, D., & Osório, L. C. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Currie, D. (1990). *The abusive husband – An approach to intervention*. Ottawa: National Clearinghouse for Family Violence, Health and Welfare.
- Cortez, M. B.; Padovani, R. C., & Williams, L. C. (2005). Terapia cognitivo-comportamental com homens agressores. *Estudos de Psicologia*, 22, 1, 13-21.
- Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J., & Amor, P. (2003). Psychopathological profile of men convicted of gender violence: A study in the prisons of Spain. *Journal of Interpersonal Violence*, 18, 7, 798-812.
- Echeburua, E.; Fernandez-Montalvo, J., & Amor, P. (2006). Psychological treatment of men convicted of gender violence:

- A pilot study in spanish prisons. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50, 1, p. 57-70.
- Fiorin, J. L. (2005). *Elementos de Análise do Discurso*, (13ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Fundação Perseu Abramo (2001). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*.
- Garcia, M. L., & Tassara, T. (2001). Estratégias de enfrentamento no cotidiano conjugal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 3, 635-642.
- Gil, A. C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa*, (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 2, 57-63.
- Guareschi, N. M.; Comunello, L. N.; Nardini, M., & Hoenisch, J. C. (2005). Práticas psicológicas nas Políticas Públicas: Um debate sobre a temática da violência. *Revista Psicologia Política*, 5, 9, 47-66.
- Guareschi, N. M.; Weber, A.; Comunello, L., & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: Trabalhando a produção de sentidos. *Reflexão e Crítica*, 5, 9, 47-66.
- Instituto Patrícia Galvão (2004, dez.). *O que a sociedade pensa sobre a violência contra a mulher*.
- Kude, V. M. (1997). Como se faz a análise de dados na pesquisa qualitativa em psicologia. *Psico*, 28, 2, 183-202.
- Langhinrichsen-Rohling, J. (2005). Top 10 greatest "hits": Important findings and future directions for intimate partner violence research. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1, 108-118.
- Laporta, T. (2006). Lei Maria da Penha: Fim da violência doméstica? *Visão Jurídica*, 6, 14-18.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1, 3, 1-5.
- Nolasco, S. (1995). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Nunes, C., & Petersen, C. (2004). Redes sociais e afetivas de um grupo de mães de crianças com risco nutricional. *Revista de Psicoterapia da Infância e Adolescência*, 14, 57-72.
- Orlandi, E. (2005a). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*, (6ª ed.). São Paulo: Fontes.
- Orlandi, E. (2005b). Michel Pêcheux e a análise de discurso. *Estudos da Língua(gem)*, 1, 09-13.
- Pessis, A., & Martín, G. (2005). Das origens da desigualdade de gênero. In Castillo-Martín, Márcia, & Oliveira, Suely. *Marcadadas a ferro: Violência contra a mulher – uma visão interdisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Saffioti, H. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13, 4, 82-91.
- Saffioti, H. (2003). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Saffioti, H. (2005). Gênero e patriarcado: A necessidade da violência. In Castillo-Martín, M., & Oliveira, S. *Marcadadas a ferro: Violência contra a mulher – uma visão interdisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Scarpato, H. (2000). *Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Scliar, M. (2006, 23 de julho). Abaixo o marido. *Zero Hora*, 14940 (Donna ZH), p.12.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, 20, 2, p. 71-99.
- Seidl, M.; Tróccoli, B. & Zannon, C. M. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17, 3, p. 225-234.
- Sluzki, C. (1998). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Soares, L. (2006, 25 mar.). O fim do silêncio. *Vêja*, 1947, p. 76-82.
- Strey, M. N. (2002). Aprendendo a ser inferior: As hierarquias de gênero. In Strey, M., Lyra, A., & Ximenes, L. (Org.). *Gênero e questões culturais: A vida de mulheres e homens na cultura*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Strey, M. (2004). Violência de gênero: Uma questão complexa e interminável. In Strey, M., Azambuja, M., & Jaeger, F. *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Van Soest, D. (2004). What social workers can do about violence: Learnings from the lives of 37 men. *Social Work in Health Care*, 39 (3-4), p. 435-453.
- Venturi, G., Recaman, M., & Oliveira, S. (2004). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Viaro, M. E. (2004). *Por trás das palavras: Manual de etimologia em português*. São Paulo: Globo Editora.
- Walsh, T. (1999). Assessing psychopathy among male and female alcoholic offenders: Gender Specific Considerations. *Journal of Gender, Culture and Health*, 4, 1, p.19-38.
- Winck, G. E., & Strey, M. N. (2006). Considerações sobre gênero a partir da coordenação de grupos com homens acusados de agressão. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e preconceitos: anais*. Florianópolis: Mulheres.
- Zimmerman, David (2000). *Fundamentos Básicos das Grupoterapias*. Porto Alegre: Artmed.

**Autores:**

Gustavo Espíndola Winck – Psicólogo, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade (PUCRS) e Especialista em Psicologia Clínica (UFRGS). Docente e supervisor no Instituto Abuchaim (Porto Alegre/RS).

Marlene Neves Strey – Psicóloga, Pós-doutora em Psicologia Social, Doutora em Psicologia, Especialista em Ciências da Educação. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Endereço para correspondência:**

GUSTAVO ESPÍNDOLA WINCK  
Av. Cel. Lucas de Oliveira, 2730/401  
CEP 90460-000, Porto Alegre, RS, Brasil  
E-mail: gew@pop.com.br e streymn@pucrs.br